

Duas mil bolsas só este ano

DF - Programa Social

Programa Renda Universitária fixa meta para 2004

MARIANA SANTOS

Dois mil estudantes universitários de baixa renda serão beneficiados com o relançamento do programa *Renda Universidade*, já no segundo semestre deste ano. O programa prevê o financiamento de até R\$ 400 ou 50% das mensalidades dos estudantes de faculdades particulares com renda familiar inferior a R\$ 2 mil. O projeto estava paralisado desde o ano passado, quando o Tribunal de Contas questionou a aplicação dos recursos públicos.

A gerência das bolsas ficará por conta da Secretaria de Gestão Administrativa, que investirá R\$ 5,8 milhões no programa este ano. Em 2005, a expectativa é de que sejam gastos mais de R\$ 15 milhões com as novas bolsas e a renovação das já existentes.

Segundo a secretária Maria Cecília Landim, a intenção é, ao fim de cinco anos, alcançar cinco mil estudantes beneficiados.

O edital com as regras do concurso de seleção já está pronto, e deve ser publicado até o dia 12 de maio. Será necessário, no entanto, a aprovação do TCDF. Em agosto do ano passado, o Tribunal concedeu medida cautelar requerida pelo Ministério Público e o programa foi suspenso. A procuradora-geral Márcia Farias apontava a ausência do *Renda Universidade* no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que posteriormente foi adequado pela SGA.

Além disso, como a Constituição Federal prioriza os ensinamentos infantil, fundamental e médio, o MP discutiu a legalidade do programa voltado ao ensino superior. A SGA argumentou que a formação de crianças e adolescentes do DF já é assistida pelas Secretarias de Educação e de Solida-

riedade.

– Esperamos que, se não houver embaraço, as inscrições possam começar no dia 18 de maio, e as que as bolsas possam vigorar a partir do dia 1º de julho – afirma a secretária Maria Cecília Landim.

Terão prioridade para receber o benefício, na ordem: estudantes de menor renda, egressos de escola pública, cursando o primeiro curso superior, portadores de algum tipo de deficiência e que pagam aluguel. O benefício será concedido apenas para quem já está matriculado, e terão prioridade os alunos dos semestres mais adiantados. Aproximadamente 5% das vagas serão reservadas a estudantes da área rural. Serão entregues 2 mil bolsas, mas 2,6 mil estudantes deverão ser classificados.

Durante a próxima semana, a SGA entrará em contato com 70 faculdades do DF para informar sobre o relançamento do programa. A intenção é que até sexta-feira seja assi-

nado um termo de cooperação entre a secretaria e as entidades de ensino superior interessadas. As faculdades conveniadas terão que enviar relatórios sobre a frequência dos alunos à SGA e, semestralmente, informações sobre sua aprovação. Perderão o benefício o universitário que não for aprovado, tiver baixa assiduidade nas aulas ou mesmo que trancar matrícula.

Assim que foi criado, pela Lei 3.150/2003, educadores da rede pública criticaram o programa, afirmando que seria apenas um repasse de recursos do GDF para as faculdades particulares. O dinheiro das bolsas cairá direto na conta das instituições privadas de ensino superior.

– Temos a intenção de preparar as pessoas para o mercado de trabalho. Não cabe a nós avaliar a qualidade do ensino superior na cidade, mas ao Ministério da Educação – afirma Landim.

mari.santos@jb.com.br